



SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

DESPACHO Nº 101/2024/DIRECON
Processo nº 00200.019876/2023-78

Assunto: Dispensa de licitação em razão do valor, com fulcro no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

Objeto: Equipamentos para a exposição permanente a ser instalada no Plenarinho, em comemoração ao bicentenário do Senado Federal.

Órgão Técnico: SECOM/SGIDOC.

Decisão: Autorização para dispensa de licitação e realização de cotação de preços.

Senhor Diretor-Executivo de Contratações,

1. Trata-se de pretensão para dispensa de licitação em razão do valor, com fulcro no inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021¹, para contratação de equipamentos para a exposição permanente a ser instalada no Plenarinho, em comemoração ao bicentenário do Senado Federal.
2. A aludida contratação visa ao atendimento da demanda número 0319/2023², formalizada no Sistema Integrado de Contratações do Senado Federal – SENiC.
3. A solicitação de contratação³ foi submetida ao Comitê de Contratações, que deliberou favoravelmente sobre a instrução do feito e incluiu a pretensão no Plano de Contratações sob o número sequencial 0194/2024⁴.
4. A aprovação da solicitação de contratação pelo Comitê de Contratações do Senado contemplou a dispensa de elaboração do Estudo Técnico Preliminar, com fundamento no art. 3º, § 2º, do Anexo II, do ADG nº 14/2022.⁵

¹ [Lei nº 14.133/2021](#), art. 75. É dispensável a licitação: Inciso II – para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras. *Valor atualizado para R\$ 57.208,33 por meio do [Decreto nº 11.317](#), de 29 de dezembro de 2022.*

² DFD nº 0319/2023: NUP 00100.192268/2023-35.

³ Solicitação de contratação nº 1634: 00100.192269/2023-80.

⁴ Extrato da Contratação nº 20240194: NUP 00100.192270/2023-12.

⁵ Extrato da Contratação nº 20240194: op.cit. Vide observação no rodapé do documento



**SENADO FEDERAL****Diretoria-Executiva de Contratações**

5. O Órgão Técnico elaborou o Termo de Referência nº 01/2024 – SGIDOC/COMUS⁶ e realizou pesquisa de preços⁷, tendo obtido o valor estimado de R\$ 6.124,48 para a contratação.
6. A Coordenação de Controle e Validação de Processos – COCVAP, por meio do Ofício nº 0592/2023-COCVAP/SADCON⁸, atestou que os requisitos formais do processo foram cumpridos e ratificou a pesquisa de preços realizada pelo Órgão Técnico.
7. A Advocacia do Senado Federal – ADVOSF analisou os aspectos legais, regulamentares e jurisprudenciais da contratação ora pretendida, manifestando-se favoravelmente com recomendações por meio do Parecer nº 014/2024-ADVOSF⁹.
8. A Coordenação de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário – COPAC informou que há disponibilidade orçamentária no exercício de 2024 para custear a despesa¹⁰.
9. A Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR realizou a instrução processual e emitiu o Relatório conclusivo nº 003/2024-COCDIR/SADCON¹¹. Quanto a tal ato de instrução, cumpre salientar que se encontra fora da alçada daquela unidade a avaliação quanto à suficiência das justificativas apresentadas pelo Órgão Técnico acerca da necessidade de contratação do objeto e da quantidade solicitada, bem como quanto à justificativa do preço da contratação, cuja atribuição é conferida a Vossa Senhoria, nos termos do inciso III do art. 10 do Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal – RASF, consolidado pelo Ato da Comissão Diretora – ATC nº 14/2022.
10. Por fim, após solicitação desta Assessoria Técnica, o Órgão Técnico teceu novos esclarecimentos acerca das justificativas apresentadas para a indicação da presente contratação por meio de dispensa de licitação¹².
11. Eis o que cumpre relatar.
12. Passa-se à análise da contratação direta pretendida, com fulcro no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), à luz da legislação e do interesse público.
13. *Ab initio*, importa colacionar os requisitos formais previstos pela Nova Lei de Licitações (NLL) para todas as contratações diretas, os quais foram listados em seu art. 72, bem como aqueles previstos pelo Ato da Diretoria-Geral – ADG nº 14/2022, que estabelece, no âmbito do Senado Federal, disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos. São requisitos formais para o processo sob análise:

⁶ Termo de Referência nº 01/2024 – SGIDOC/COMUS: NUP 00100.007072/2024-35.

⁷ Pesquisa de preços: NUP 00100.195693/2023-86 e 00100.199127/2023-43.

⁸ Ofício nº 0592/2023-COCVAP/SADCON: NUP 00100.204743/2023-23.

⁹ Parecer nº 014/2024-ADVOSF: NUP 00100.002748/2024-02.

¹⁰ Informação nº 095/2024-COPAC/SAFIN: NUP 00100.009244/2024-13.

¹¹ Relatório conclusivo nº 03/2024-COCDIR/SADCON: NUP 00100.011260/2024-68.

¹² Ofício nº 05/2024 – COENGTVR: NUP 00100.014532/2024-81





SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

- a. **Formalização da demanda:** o inciso I do artigo 72 da NLL determina que os processos de contratação direta devem possuir Documento de Formalização de Demanda (DFD), assim como o *caput* do art. 8º do ADG nº 14/2022¹³.
- b. **Estudo Técnico Preliminar:** ainda na lista de documentos exigidos pelo referido inciso I, tem-se o Estudo Técnico Preliminar (ETP), também requerido por força do § 3º do art. 9º do ADG *retro*¹⁴, o qual é analisado pelo Comitê de Contratações quando da deliberação sobre a contratação.
- c. **Solicitação de contratação:** trata-se de mecanismo interno para submissão do pleito ao Comitê de Contratações, cuja previsão encontra-se no § 2º do art. 9º do ADG nº 14/2022¹⁵.
- d. **Análise de riscos:** o inciso I do art. 72 da NLL, c/c com o *caput* do dispositivo, prevê que essa análise seja devidamente documentada, o que internamente foi disciplinado pelo inciso VII do § 2º do art. 9º do ADG em comento, que prevê a elaboração de Mapa de Riscos, em versão preliminar, compreendendo o risco da não efetivação da contratação, de modo a orientar a deliberação do Comitê de Contratações quanto à pertinência da contratação¹⁶.
- e. **Inclusão no Plano de Contratações:** conforme disposto no inciso I do art. 8º do Anexo V do RASF, compete ao Comitê de Contratações “aprovar anualmente o Plano de Contratações do Senado Federal”. Por sua vez, o inciso IV do mesmo artigo prevê que também compete ao colegiado “decidir sobre alterações no Plano”. Assim, a inclusão de novas contratações no Plano, mediante deliberação do Comitê, está prevista no art. 10 do ADG nº 14/2022¹⁷.
- f. **Termo de Referência:** todos os processos de contratação direta necessitam de Termo de Referência, em observância ao inciso I do art. 72 da NLL e, por força do art. 13 do normativo interno, tal documento será elaborado pelo Órgão Técnico¹⁸.

¹³ [ADG nº 14/2022](#), art. 8º As demandas que venham a implicar abertura de processos de contratação, exceto acionamento de Ata de Registro de Preços (ARP), deverão ser formalizadas pelo Órgão Demandante por meio da Central de Serviços ou do Sistema Integrado de Contratações do Senado Federal - SENiC.

¹⁴ [ADG nº 14/2022](#), art. 9º Compete ao Órgão Técnico, ao analisar as demandas recebidas, consolidar as que puderem ser contratadas conjuntamente e solicitar ao Comitê de Contratações que delibere sobre a contratação que as atenderá. § 3º Adicionalmente, quando couber, observado o disposto no Anexo II deste Ato, deverá ser elaborado o Estudo Técnico Preliminar da contratação (ETP).

¹⁵ [ADG nº 14/2022](#), art. 9º, § 2º A solicitação de contratação ao Comitê de Contratações deverá ser formalizada pelo titular do Órgão Técnico por meio do SENiC, [...].

¹⁶ [ADG nº 14/2022](#), art. 9º, § 2º A solicitação de contratação ao Comitê de Contratações deverá ser formalizada pelo titular do Órgão Técnico por meio do SENiC, contendo, no mínimo, as seguintes informações: inciso VII - Mapa de Riscos, em versão preliminar, que compreenderá apenas o risco da não efetivação da contratação.

¹⁷ [ADG nº 14/2022](#), art. 10. Caberá ao Comitê de Contratações deliberar sobre as solicitações de contratação recebidas, conforme preconizado no RASF.

¹⁸ [ADG nº 14/2022](#), art. 13. O Termo de Referência ou Projeto Básico conterá informações detalhadas do objeto e o seu valor estimado, devendo ser elaborado pelo Órgão Técnico de acordo com as normas estabelecidas pelo Anexo III deste Ato.





SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

- g. **Valor estimado da contratação:** exigência legal do inciso II do art. 72 da Nova Lei de Licitações, é disciplinado internamente pelo § 2º do art. 14 do ADG nº 14/2022¹⁹.
- h. **Verificação preliminar:** o cumprimento das formalidades até então descritas é verificada no momento em que o processo é encaminhado à Secretaria de Administração de Contratações – SADCON para instrução, em respeito ao *caput* do art. 17 do ADG nº 14/2022²⁰.
- i. **Ratificação da pesquisa de preços:** trata-se de mecanismo interno instituído para verificar se o Órgão Técnico realizou a pesquisa de preços conforme as normas vigentes, cuja previsão consta do inciso II do art. 17 do ADG nº 14/2022²¹.
- j. **Parecer jurídico:** previsto no inciso III do art. 72 da NLL e indispensável para as contratações do Senado Federal, conforme disposto no art. 22 do ADG *retro*²².
- k. **Previsão de recursos orçamentários:** o inciso IV do art. 72 da NLL requer a “demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido”, formalidade também prevista no art. 23 do ADG²³.
- l. **Manifestação conclusiva da SADCON:** ao encerrar a instrução do processo de contratação direta, a SADCON deve manifestar-se conclusivamente quanto à presença dos pressupostos legais nos autos, em atendimento ao § 2º do art. 54 do ADG nº 14/2022²⁴.

¹⁹ ADG nº 14/2022, art. 14. O valor estimado das contratações de bens e serviços deverá ser calculado a partir de cota aceitável de preços que reflita os valores de mercado, obtida por meio de pesquisa de preços. § 2º Os procedimentos relativos à pesquisa de preços deverão observar as disposições contidas no Anexo VI deste Ato.

²⁰ ADG nº 14/2022, art. 17. Na verificação preliminar serão analisados os requisitos formais do processo, em especial a existência de: [...].

²¹ ADG nº 14/2022, art. 17, inc. II – necessidade de ratificação da pesquisa de preços pela SADCON, observado o disposto no art. 18 deste Ato;

²² ADG nº 14/2022, art. 22. Todos os processos que visem a uma contratação, independentemente do instrumento que a formalizará, serão submetidos à análise jurídica pela ADVOSF previamente à deliberação pela autoridade competente para os fins de que trata o art. 53 da Lei nº 14.133, de 2021.

²³ ADG nº 14/2022, art. 23. Previamente ao encaminhamento dos autos para deliberação pela autoridade competente, a Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade - SAFIN deverá se manifestar a respeito da disponibilidade ou previsão orçamentária para atender à contratação.

²⁴ ADG nº 14/2022, art. 54. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser, com apoio do Órgão Técnico, instruído pela SADCON, em conformidade com as disposições deste Ato, da Lei nº 14.133, de 2021, e da legislação de regência. § 1º A análise da conformidade jurídica da contratação direta, nos termos do §4º do art. 53 da Lei nº 14.133, de 2021, será realizada pela ADVOSF, notadamente quanto à observância dos requisitos legais e regulamentares, bem como à incidência dos entendimentos jurisprudenciais aplicáveis e adequados às circunstâncias do caso concreto. § 2º Observado o disposto no § 1º deste artigo, o setor da SADCON responsável pela instrução do processo de contratação direta deverá, ao encaminhar os autos à deliberação superior, manifestar-se conclusivamente quanto à presença dos pressupostos estabelecidos nos incisos I, II, III, IV, V, VI e VII do art. 72 e, conforme o caso, nos §§ 1º a 5º do art. 74 ou nos incisos do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, resguardada à autoridade competente a análise do mérito administrativo da contratação.





SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

- m. **Requisitos de habilitação e qualificação:** a comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, conforme previsão do inciso V do art. 72 da NLL, será objeto de verificação somente após o procedimento de cotação de preços.
- n. **Razão de escolha do contratado:** a razão de escolha do contratado, para atendimento ao disposto no inciso VI do art. 72 da Nova Lei de Licitações, pode ser verificada no capítulo 2 (Forma de Contratação), seção 2.4 (Critério de julgamento da contratação) do modelo de Termo de Referência estabelecido pelo Senado Federal por força do art. 7º do Anexo III do ADG nº 14/2022, em especial o inciso IV do *caput* e o inciso I do § 5º, que estabelece o menor preço como critério de julgamento da cotação de preços²⁵. Tal critério encontra amparo no inciso I do art. 33 da Lei nº 14.133/2021²⁶ e, consoante dito, fundamentará a escolha do contratado.
- o. **Justificativa de preço:** o preço estará devidamente justificado, em atendimento ao inciso VII do art. 72 da NLL, caso a cotação de preços seja bem-sucedida e obtenha proposta válida que seja inferior ao valor estimado da contratação.
- p. **Autorização da autoridade competente:** a autorização da autoridade competente para a contratação direta, prevista no inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, é o ato administrativo que irá se materializar com o presente expediente, caso assim se decida.
- q. **Divulgação da autorização de contratação direta:** em cumprimento ao parágrafo único do art. 72 da NLL, bem como ao inciso II do § 2º do art. 59 do ADG nº 14/2022²⁷, essa divulgação deverá ser realizada na sequência da instrução processual, se autorizada a contratação direta.

14. Considerando os documentos carreados aos autos, listados anteriormente no relatório, **todos os requisitos formais estabelecidos pelo art. 72 da Lei nº 14.133/2021 e pelo ADG nº 14/2022 foram cumpridos – ou serão cumpridos oportunamente.**

15. **Conclusão, esta Assessoria Técnica não vislumbra qualquer pendência a ser sanada neste momento da instrução processual.**

16. Feita a necessária digressão, passa-se à análise de mérito do caso concreto.

17. A SGIDOC, no Termo de Referência nº 01/2024 – (SGIDOC/COMUS)²⁸, assim caracterizou o objeto da contratação:

²⁵ ADG nº 14/2022, Anexo III, art. 7º, § 5º Constituem critérios de julgamento: Inciso I - menor preço; [...].

²⁶ Lei nº 14.133/2021, art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios: Inciso I - menor preço; [...].

²⁷ ADG nº 14/2022, art. 59, § 2º Em relação às contratações diretas, a SADCON deverá providenciar: inciso II - a disponibilização do ato de autorização da contratação direta exarado pela autoridade competente: a) no Portal da Transparência do Senado Federal; b) no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

²⁸ Termo de Referência nº 01/2024 – (SGIDOC/COMUS): NUP 00100.007072/2024-35.



**SENADO FEDERAL**

Diretoria-Executiva de Contratações

1.1. Definição do objeto

1.1.1. O objeto do presente Termo de Referência é a aquisição de equipamentos para a exposição permanente a ser instalada no Plenarinho, em comemoração ao bicentenário do Senado Federal, consistindo de amplificador/reprodutor de áudio, caixa acústica, *pendrive* e cabo paralelo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

18. No mesmo documento, a necessidade da contratação foi assim justificada:

1.2.1.1. A aquisição que se pretende visa à realização dos serviços necessários para o atendimento das demandas expositivas decorrentes das comemorações do bicentenário do Senado Federal.

1.2.1.2. Para as comemorações do bicentenário do Senado Federal, estão previstas quatro exposições, a saber: 1) exposição temporária a ser realizada no Salão Negro; 2) exposição temporária itinerante a ser distribuída nos estados da federação e no Distrito Federal, simultaneamente; 3) exposição permanente a ser instalada no Túnel do Tempo do Senado Federal; e 4) exposição permanente a ser instalada no Plenarinho do Senado Federal.

1.2.1.3. As exposições previstas têm como objetivo destacar a importância histórica do Senado brasileiro e sua contribuição para a democracia no país, ao longo dos últimos 200 anos, fortalecendo sua imagem ao apresentar à coletividade seu papel, não apenas no âmbito político, mas também na construção de uma sociedade intercultural e democrática.

1.2.1.4. Realizar estas ações amplia o acesso aos propósitos da Instituição e promove o engajamento do Senado Federal com as presentes e futuras gerações, reforçando a sua responsabilidade social, em convergência com os interesses coletivos, às expectativas da sociedade brasileira e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

1.2.1.5. Nesse contexto, este Termo de Referência trata especificamente das demandas para a exposição permanente a ser instalada no Plenarinho do Senado Federal, a ser instalada em março de 2024.

1.2.1.6. Portanto, para a realização da exposição permanente a ser instalada no Plenarinho, necessita-se da aquisição dos materiais de equipamento de sonorização contidos nas especificações técnicas elencadas neste documento. Destaca-se que os materiais adquiridos serão instalados por equipes do Senado Federal.

19. Importa ressaltar, ainda, que o Órgão Técnico registrou no Termo de Referência a seguinte justificativa para a quantidade solicitada:

1.2.2.1. As quantidades dos materiais constantes deste Termo de Referência foram estabelecidas com base em análise feita por este órgão técnico em projeto anexo e representam o mínimo necessário para o correto funcionamento do sistema de som:

a) 1 (um) amplificador de áudio: quantidade mínima necessária para amplificar 6 caixas acústicas com potência adequada para as dimensões do local. Serão





SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

utilizados 3 (três) canais para alimentação de 6 caixas acústicas, pois serão ligadas em paralelo de duas em duas. Vide mapeamento de cobertura sonora em anexo;

b) 1 (um) pen drive: necessário para reproduzir o áudio fornecido pelo Senado, com capacidade de armazenamento mínimo de 4GB (gigabytes), sendo possível garantir a reprodução de áudio por pelo menos uma hora, não sendo necessária capacidade de armazenamento maior;

c) 6 (seis) caixas acústicas: quantidade definida em software específico, de acordo com a área de cobertura necessária. A quantidade de caixas acústicas especificadas é a mínima suficiente para cobrir as áreas onde ficarão os visitantes com bom volume e inteligibilidade. Essa quantidade foi simulada em software específico (AFMG EASE) e foi verificada uma variação máxima de 3 decibels dentro da área de cobertura. Isso significa que todos os ouvintes localizados dentro dessa área sentirão uma variação de volume imperceptível. Caso fossem utilizadas menos caixas, a diferença de volume dentro da área de cobertura seria maior, prejudicando a compreensão do áudio para alguns ouvintes. De outro modo, se a quantidade de caixas fosse maior, não seria percebida uma menor variação de volume, pois 3 decibels já é o limite de percepção de volume do ouvido humano. Vide mapeamentos de cobertura sonora e inteligibilidade anexos.

c) 100 (cem) metros de cabo: comprimento medido em planta de acordo com a quantidade de caixas acústicas e a distância entre estas e o amplificador. A quantidade exata de cabo é de aproximadamente 95 metros. Porém, um rolo de 100 (cem) metros é geralmente mais barato que a compra de cabo por metragem avulsa. Vide planta baixa em anexo.

Os itens aqui requeridos serão adquiridos pela primeira vez por esta Secretaria e sua utilização é, em sua grande maioria, para serviços inéditos na Casa. Por esse motivo, não é possível embasar os cálculos de quantitativo em históricos de consumo ou produtividade.

20. O processo veio a esta Diretoria-Executiva de Contratações – DIRECON para aprovação do Termo de Referência²⁹, autorização da contratação direta por dispensa de licitação³⁰ e autorização para realização da cotação de preços.

21. Quanto à legislação aplicável, o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 permite à Administração dispensar a licitação para contratação que envolva valores inferiores a

²⁹ ADG nº 14/2022, art. 24. Os autos deverão ser encaminhados à Diretoria-Geral para aprovação do Termo de Referência ou Projeto Básico previamente à seleção do fornecedor.

³⁰ Lei nº 14.133/2021, art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: **Inciso VIII:** autorização da autoridade competente.



**SENADO FEDERAL**

Diretoria-Executiva de Contratações

R\$ 57.208,33³¹ no caso de serviços e compras comuns. O valor estimado da contratação, de R\$ 6.124,48, obtido pelo Órgão Técnico por meio da pesquisa de preços, foi ratificado pela COCVAP³², em atendimento ao art. 18 do ADG nº 14/2022.

22. Assim, no presente caso entende-se possível a utilização da faculdade de contratação direta conferida pelo legislador, visto que o valor estimado da contratação é inferior ao limite legal.

23. Ademais, por meio do Parecer nº 014/2024³³, a ADVOSF concluiu, com recomendações, pela regularidade jurídica do procedimento de dispensa de licitação, com fulcro no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

24. Quanto ao teor do mencionado parecer, destaca-se:

No presente caso, o objeto a ser contratado consiste na *“aquisição de equipamentos para a exposição permanente a ser instalada no Plenarinho, consistindo de amplificador/reprodutor de áudio, caixa acústica, pendrive e cabo paralelo”*, cujo valor estimado é de R\$ 6.124,48 (doc. nº 00100.199127/2023-43).

Trata-se de aquisição de bens com valor inferior ao patamar legal estabelecido. Conforme disposto no item 2 do Termo de Referência, o enquadramento da contratação é nos moldes no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 (doc. nº 00100.214853/2023-01).

Em que pese a licitude da contratação direta na hipótese em comento, deve-se proceder com imensa cautela em tais casos, a fim de evitar o chamado “fracionamento de despesas” - que, segundo leciona FERNANDES, nada mais é do que a “conduta do administrador que, pretendendo definir a modalidade de licitação inferior à devida ou deixar de realizar a licitação, reduz o objeto para alcançar valor inferior e realiza várias licitações ou dispensas para o mesmo objeto”.

[...]

Assim, tem-se que, embora lícita, a dispensa de licitação em razão do valor da contratação demanda excepcional prudência e parcimônia por parte da Administração, que sempre deverá avaliar se os bens/serviços que se pretende adquirir poderiam estar inseridos em regular procedimento licitatório. A fim de garantir a observância a tais preceitos, o Anexo III do ADG nº 14/2022 prevê, em seu art. 20, questões a serem elucidadas pelo órgão técnico em casos como o presente, quais sejam:

³¹ Lei nº 14.133/2021, art. 75. É dispensável a licitação: Inciso II – para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras. Valor atualizado para R\$ 57.208,33 por meio do Decreto nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022.

³² Ofício nº 0592/2023-COCVAP/SADCON: NUP 00100.204743/2023-23.

³³ Parecer nº 014/2024-ADVOSF: NUP 00100.002748/2024-02.





SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

Art. 20. Nas contratações em que se dispense a licitação em razão do valor estimado do objeto, o Órgão Técnico deverá se manifestar, no Termo de Referência ou Projeto Básico, quanto:

I - ao conhecimento da existência ou não de alguma Ata de Registro de Preços vigente para aquisição do objeto;

II - à impossibilidade de inclusão do objeto como item autônomo em algum procedimento licitatório do Senado Federal;

III - à existência de previsão de demanda, no Senado Federal, ainda no ano corrente, por itens que poderiam ser adquiridos conjuntamente àqueles que compõem o Anexo de Especificações Técnicas do Termo de Referência ou Projeto Básico.

No caso em tela, verifica-se que a manifestação relativa à preexistência de ARPs para o objeto foi abordada pelo órgão técnico no item 2.2.2 do TR. Destaca-se que a última contratação para objeto similar foi realizada no ano de 2021, por intermédio das ARPs 32 e 33.

Quanto ao disposto nos incisos II e III, no entanto, o órgão técnico assim aduziu (item 2.2.2):

(...) II - Verificou-se não ser possível a inclusão do objeto como item autônomo em nenhum procedimento licitatório do Senado Federal, pois trata-se de equipamentos com especificidades técnicas diferentes das verificadas em outros procedimentos licitatórios.

III - Não é de conhecimento deste OT a existência de itens que possam compor o Anexo de Especificações Técnicas deste Termo de Referência.

Parece-nos que a justificativa para tanto reside na necessidade de celeridade na contratação, em virtude das demandas excepcionais decorrentes da comemoração do bicentenário do Senado Federal, que irá se iniciar em 2024 (vide item 1.2.1.1 do TR - 00100.214853/2023-01). Ademais, o órgão técnico afirmou que os objetos da pretensa avença são distintos de outras contratações já firmadas pela Casa para objetos similares. Assim, motivando a utilização da contratação direta.

O segundo complemento, decorre de incompletude da norma interna. As regras do art. 20 do Anexo III do ADG nº 14/2022 parecem estar voltadas para avaliação de fracionamento sob o prisma de contratações em curso. No entanto, o § 1º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 determina a avaliação a partir da despesa realizada, ou seja, das contratações já efetivadas. A presente contratação se dará no exercício de 2024, o que deve afastar qualquer problema. Mas ainda assim a questão deve ser abordada pela área técnica porque é parte da justificativa para a dispensa de licitação.

Nesses moldes, é fundamental que o órgão técnico proceda à complementação das justificativas apresentadas.

[...]



**SENADO FEDERAL****Diretoria-Executiva de Contratações**

Em atenção ao disposto no inciso V, registra-se que houve opção pela contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme art. 49, inciso IV, da Lei Complementar nº 123/2006. Registra-se que o item 2.8 do TR deve ser corrigido, uma vez que os benefícios do art. 48 da referida lei complementar não são aplicáveis às contratações diretas (doc. nº 00100.214853/2023-01).

(Grifou-se)

25. As demais recomendações referem-se aos atos administrativos que serão praticados na sequência da instrução processual.

26. Ato contínuo, o Órgão Técnico assim se manifestou sobre os apontamentos da ADVOSF:³⁴

1. As contratações realizadas pela COENGTVR são destinadas a atender demandas da TV Senado e da Rádio Senado. Geralmente os sistemas de TV e Rádio são específicos e adquiridos em pregões eletrônicos exclusivos para cada solução. Como exemplo, podem ser citadas as soluções de “Software de Jornalismo”, “Mochilink”, “Legendas Ocultas”, “Atualização da central de cortes de Plenários”, “Modernização de mixer do estúdio principal da Rádio”, “Modernização da iluminação dos estúdios da TV”, “Sistema de Grafismo”, “Sistema de produção”, “Sistema de Intercomunicação”, “Sistema de Multimonitoração”, entre outros. Além de contratações de soluções, também costuma-se contratar equipamentos e peças de reposição para manutenção do parque tecnológico bem como câmeras e outros equipamentos em licitações para mera aquisição de bens. **A contratação em tela foi tratada como um sistema estanque em que os componentes foram determinados em quantidade e qualidade para atender de maneira pontual a demanda em questão.** Portanto, acreditamos que não estamos causando fracionamento de despesa.

[...]

Informamos que pesquisamos as atas de registro de preços existentes no Senado utilizando a ferramenta disponível na central de serviços “Demandar Acionamento de ARP” e navegando em cada página do filtro “Selecionar”. No anexo a este ofício listamos as atas encontradas. Em nossa análise das atas existentes não encontramos nenhuma que pudesse abarcar os bens necessários à contratação pretendida.

Quanto à possibilidade de inclusão como item autônomo em algum procedimento licitatório de conhecimento da COENGTVR, informamos que estão em tramitação os seguintes processos para aquisição de bens:

³⁴ Ofício nº 02/2024 – COENGTVR: NUP 00100.007083/2024-15





SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

NUP	Objeto	Órgão em que se encontra o Processo	Fase do Processo
00200.021706/2023-53	Aquisição de câmeras, acessórios e equipamentos para a TV Senado, com prestação de serviço de treinamento operacional e técnico	COPEL	Análise de Edital pela COPEL
00200.013433/2022-92	Pecas de reposição para equipamentos e serviço de suporte especializado do fabricante para matriz de multimonitoração, destinados aos sistemas de produção da TV Senado	COENGTVR/SETETV	Verificação e visto da minuta de edital e manifestação quanto às sugestões feitas pela COPEL

Entendemos que os processos se encontram em fase avançada e que a inclusão da demanda de sonorização do plenarinho em um dos processos traria prejuízo à tramitação. O regime de prioridade, caso atribuído a um dos processos por “contaminação da demanda de sonorização do plenarinho”, traria prejuízo à COENGTVR.

Quanto à “existência de previsão de demanda, no Senado Federal, ainda no ano corrente, por itens que poderiam ser adquiridos conjuntamente àqueles que compõem o Anexo de Especificações Técnicas do Termo de Referência ou Projeto Básico”, informamos que, como há prazo definido para o recebimento do objeto, essa não seria uma opção viável.

[...]

Informamos que a justificativa para utilização da contratação direta não reside na necessidade de celeridade uma vez que o tempo médio de contratação direta é superior ao tempo médio de licitação, conforme apresentado na página inicial da ferramenta SENIC, abaixo reproduzida.

Informamos que o item 2.8.2 do TR foi corrigido, passando a indicar o artigo 49, inciso IV ao invés do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

Segue nos autos nova versão de Termo de Referência, com a complementação de justificativa no item 2.2.2 (justificativa para contratação direta) e correção do item 2.8.2.

27. Tais informações foram complementadas pelo Órgão Técnico, a pedido desta Assessoria Técnica, mediante o Ofício nº 05/2024 – COENGTVR³⁵:

Esclarecemos que a inclusão da demanda de “sonorização do plenarinho” em um dos processos em trâmite causaria retrocesso indesejado ao fluxo processual, pois os processos indicados pela COENGTVR já passaram pelas fases

³⁵ Ofício nº 05/2024 – COENGTVR: NUP





SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

de pesquisa de preços e elaboração/conferência de minuta de edital. Além do retrocesso, haveria prejuízo à qualidade das análises da COENGTVR/SETETV que ainda serão necessárias ao longo da tramitação, pois o processo passaria a tramitar sob regime prioritário, reduzindo o tempo disponível para realização das análises de todos os itens constantes da contratação.

Além dos prejuízos mencionados, consideramos que o risco de não conseguir adquirir a solução para a sonorização do plenarinho a tempo seria maior caso essa demanda fosse incluída em um processo já em andamento, que abrange diversos outros itens. Naturalmente, a presença de mais itens em um processo de contratação aumenta a probabilidade de que o processo precise retornar ao órgão técnico para esclarecimentos, tanto na fase interna quanto na fase externa.

Desta forma, salvo melhor juízo, consideramos que seja mais vantajoso para o SENADO a escolha pela contratação direta ao invés da inclusão da demanda de “sonorização do plenarinho” em outro processo em trâmite.

(Grifou-se)

28. A Coordenação de Contratações Diretas (COCDIR) entendeu que a contratação ora pretendida se encontrava apta para análise e decisão de mérito do ordenador de despesas³⁶.

29. Por fim, para que o objeto possa ser contratado diretamente, por meio de dispensa de licitação, é preciso que seja observado o art. 56 do ADG nº 14/2022³⁷. Dessa maneira, a cotação de preços será realizada *preferencialmente* de forma eletrônica, em atendimento ao § 1º do art. 1º do Anexo VIII do mesmo normativo³⁸ e ao § 3º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021³⁹.

30. **Ante todo o exposto**, diante das manifestações técnicas e jurídicas, expedidas pelas respectivas unidades administrativas no exercício das competências regulamentares que lhes são conferidas, bem como da documentação carreada aos autos, **esta Assessoria Técnica**, no exercício da competência prevista no inciso II do parágrafo único do art. 15 do Regulamento Orgânico-Administrativo do Senado Federal – ROA⁴⁰, **não vislumbra óbice à presente**

³⁶ Relatório conclusivo nº 003/2024-COCDIR/SADCON: NUP 00100.011260/2024-68.

³⁷ ADG nº 14/2022, art. 56. Sempre que for necessário selecionar um fornecedor para contratações por meio de dispensa de licitação, a SADCON deverá realizar cotação de preços, nos termos do Anexo VIII deste Ato.

³⁸ ADG nº 14/2022, Anexo VIII, art. 1º, § 1º Quando for viável, sob o prisma técnico e de gestão, o procedimento de cotação de preços deverá ser realizado, preferencialmente, por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica do Governo Federal, [...].

³⁹ Lei nº 14.133/2021, art. 75, § 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

⁴⁰ ROA, Art. 15, parágrafo único, inciso II - à Assessoria Técnica compete prestar assessoramento técnico à Diretoria-Executiva de Contratações mediante análises e estudos técnicos; elaborar pareceres, e sugerir soluções à luz da legislação pertinente e das normas internas, mediante elaboração dos respectivos despachos, instruções e decisões;



**SENADO FEDERAL**

Diretoria-Executiva de Contratações

contratação, razão pela qual encaminha-se o presente processo para decisão, nos termos do art. 9º, incisos IV e IX, do Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal – RASF⁴¹, consolidado pelo Ato da Comissão Diretora – ATC nº 14/2022, c/c inciso XI do art. 1º do Ato da Diretoria-Geral – ADG nº 33/2017⁴².

31. Em caso de aprovação das justificativas apresentadas pelo Órgão Técnico acerca da necessidade de contratação do objeto e da quantidade solicitada, e desde que entenda justificada a dispensa da licitação, é necessário que seja aprovado o Termo de Referência constante do NUP 00100.007072/2024-35; autorizada a contratação direta por dispensa de licitação, com fulcro no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, autorizada a realização de cotação de preços; e que sejam designados os gestores indicados no Termo de Referência.

Brasília, 02 de fevereiro de 2024.

Respeitosamente,

Revisão:

(assinado digitalmente)
JONAS MIRANDA DE SOUSA
Mat. nº 333429

(assinado digitalmente)
DIMITRIOS HADJINICOLAOU
Assessor Técnico
OAB/DF nº 44.007

providenciar sobre o expediente, audiências e a representação de seu titular; auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho de suas atividades; receber, controlar e distribuir o material, o expediente e os processos; executar trabalhos técnicos; organizar e consolidar dados estatísticos; preparar minutas de correspondências oficiais a serem expedidas; e executar outras atribuições correlatas.

⁴¹ **RASF, Anexo V, art. 9º** No âmbito das contratações do Senado Federal, compete ao titular da Diretoria-Geral: **Inciso IV** – aprovar os Estudos Técnicos Preliminares, os Projetos Básicos, os Termos de Referência, as minutas de edital, os contratos, as atas de registro de preços, os termos aditivos e as demais avenças das contratações do Senado Federal. **Inciso IX** – designar para todo contrato, convênio, ajuste ou protocolo, um gestor e um substituto, ou comissão de gestão, indicados pelo titular da área interessada.

⁴² **ADG nº 33/2017, art. 1º** Ficam delegadas as seguintes competências administrativas ao titular da DIRETORIA-EXECUTIVA DE CONTRATAÇÕES e ao titular da DIRETORIA-EXECUTIVA DE GESTÃO, as quais poderão ser praticadas concorrentemente com o titular da Diretoria-Geral: **Inciso XI** – realizar os atos previstos no art. 9º, do Anexo V ao Regulamento Administrativo do Senado Federal, exceto os disciplinados nos seus incisos XII e XIII.



**SENADO FEDERAL**

Diretoria-Executiva de Contratações

De acordo. Adoto a análise como razão de decidir.

Considerando que os requisitos formais exigidos pelos incisos I, II, III e IV do art. 72 da Lei nº 14.133/2021 foram atendidos, e que os demais incisos serão atendidos oportunamente, conforme informado pela Assessoria Técnica;

Considerando as justificativas acerca da necessidade da contratação e da quantidade solicitada, apresentadas pelo Órgão Técnico no Termo de Referência, unidade administrativa que detém a expertise temática para o objeto conforme preconizado pelo art. 5º do ADG nº 14/2022 e definições constantes do Anexo I;

Considerando o valor estimado da contratação, obtido pelo Órgão Técnico na forma do art. 14 do ADG nº 14/2022 e ratificado pela COCVAP na forma do art. 18 do mesmo normativo;

Considerando a análise jurídica realizada pela ADVOSF, consoante ao disposto no art. 22 do ADG nº 14/2022;

Considerando a análise de disponibilidade orçamentária realizada pela SAFIN, em respeito ao art. 23 do ADG nº 14/2022;

Considerando a instrução realizada pela SADCON, em respeito ao § 2º do art. 54 do ADG nº 14/2022; e

Considerando a permissão legal do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021;

Acolho a análise da Assessoria Técnica da Diretoria-Executiva de Contratações e demais informações constantes dos autos e, no exercício das competências estabelecidas pelo RASF, consolidado pelo ATC nº 14/2022, c/c art. 1º, inciso XI, do ADG nº 33/2017, delibero nos seguintes termos:

- a. **APROVO**, nos termos do inciso IV do art. 9º do Anexo V do RASF, o Termo de Referência constante do NUP 00100.007072/2024-35 e a Minuta do Aviso de Contratação Direta de NUP 00100.011260/2024-68-1 (ANEXO: 001);
- b. **AUTORIZO**, com fulcro no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, a contratação direta por dispensa de licitação ora pretendida;
- c. **AUTORIZO**, observados os §§ 1º e 2º do art. 1º do Anexo VIII do ADG nº 14/2022, a realização do procedimento de cotação de preços;
- d. **DESIGNO**, em atendimento ao inciso IX do art. 9º do Anexo V do RASF, conforme indicado pelo Órgão Técnico no Termo de Referência, o Núcleo de Gestão de Contratos de Infraestrutura e Comunicação (NGCIC) como gestor, bem como a Coordenação de Engenharia de TV e Rádio (COENGTVR) e a Coordenação de Museu (COMUS) como fiscais titular e substituto, respectivamente, para acompanhamento do ajuste que se originar deste processo.



**SENADO FEDERAL**

Diretoria-Executiva de Contratações

Encaminhem-se os autos ao Serviço de Publicação da Secretaria de Gestão de Pessoas – SEPUGP para publicação da Portaria de Designação de Gestores nº 33/2024 e, em seguida, à COCDIR, para realização da cotação de preços e continuidade da instrução processual.

(assinado digitalmente)

WANDERLEY RABELO DA SILVA

Diretor-Executivo de Contratações





SENADO FEDERAL
Diretoria-Executiva de Contratações

PORTARIA DA DIRETORIA-EXECUTIVA DE CONTRATAÇÕES

Nº 33, de 2024

O DIRETOR-EXECUTIVO DE CONTRATAÇÕES DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 9º, inciso IX, do Anexo V, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, c/c o art. 1º, inciso XI, do Ato da Diretoria-Geral nº 33/2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 00200.019876/2023-78,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Núcleo de Gestão de Contratos de Infraestrutura e Comunicação (NGCIC) como gestor, bem como a Coordenação de Engenharia de TV e Rádio (COENGTVR) e a Coordenação de Museu (COMUS) como fiscais titular e substituto, respectivamente, do ajuste que se originar do referido processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 02 de fevereiro de 2024

(assinado digitalmente)

WANDERLEY RABELO DA SILVA
Diretor-Executivo de Contratações

